



POSIÇÃO DA UGT

SOBRE A ESTRATÉGIA PARA O CRESCIMENTO, EMPREGO E FOMENTO INDUSTRIAL

I. ESTA NÃO É UMA PROPOSTA DE CRESCIMENTO E EMPREGO

A UGT sempre considerou que só seria possível sair da profunda crise económica e social com políticas de Crescimento e de Emprego e que as políticas sucessivas de austeridade, longe de serem uma solução, poderiam conduzir o País para uma espiral recessiva, com uma gravidade e impactos desconhecidos.

Nesse quadro subscrevemos o Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, em Janeiro de 2012, no qual nos batemos pela introdução de medidas de dinamização da actividade económica, de apoio ao investimento bem como de políticas activas de emprego e de qualificação dos recursos humanos.

Nunca aceitámos e sempre denunciámos o Governo por este ter vindo a adiar sistematicamente a implementação daquelas medidas. O tempo tem vindo a dar-nos razão, sendo visíveis e inquestionáveis os impactos negativos das políticas de ultra-austeridade em termos de crescimento económico e sobretudo de desemprego, da pobreza e exclusão.

A UGT há muito que defende a necessidade de políticas de crescimento e emprego. Porém, a Estratégia apresentada pelo Governo não responde a essa necessidade e não constitui uma proposta de crescimento e emprego.

O documento não apenas não constitui uma necessária inflexão da política que vem sendo seguida pelo Governo, como, em muitas matérias, se traduz apenas na continuação de medidas e programas que vêm sendo desenvolvidos, com impactos reconhecidamente insuficientes ou mesmo negativos (emprego, formação...).

Não podemos deixar de expressar a nossa preocupação pelo contexto em que esta Estratégia de crescimento nos é proposta. Com efeito, e não sendo daqueles que consideram incompatível a consolidação das contas públicas com uma política de crescimento, não podemos deixar de salientar que as novas medidas de forte austeridade serão dificilmente compagináveis com uma estratégia eficaz que, nas diversas vertentes, potencie efectivamente a urgente implementação de medidas de crescimento e emprego.

É um documento deficiente em muitas áreas e que, não contendo metas e objectivos quantificados, oferece garantias limitadas quanto à sua implementação e à avaliação do seu impacto na economia e no emprego.

Num momento em que o País discute políticas decisivas em diferentes áreas, não compreendemos como o Governo as concebe, apresenta e debate de forma estanque, como se uma complementaridade inexistia entre elas, o que se nos afigura gravoso,

Por um lado, e conforme já referimos, temos esta estratégia de crescimento, que não nos parece viável num quadro de novas medidas de austeridade.

Por outro, temos um DEO que coloca em cima da mesa a previsão de um nível de desemprego para 2017 a par com o que hoje vivenciamos, o que nos leva a questionar quais os resultados esperados com esta estratégia de crescimento.

Para a UGT, é assim fundamental que a Estratégia que venha a ser adoptada seja de facto um compromisso e a prioridade de todo o Governo, garantindo um quadro coerente de políticas que não constituam um obstáculo ao seu sucesso e um condicionamento real à sua implementação.

O documento apresentado na CPCS é um documento generalista e demasiado teórico que, no entender da UGT, estará ainda longe de constituir uma base para o arranque de uma estratégia de promoção do crescimento e emprego.

O documento apresenta desequilíbrios na concepção do próprio modelo de desenvolvimento que defende, contendo omissões graves em matérias como a dinamização do mercado interno, o emprego ou ainda a melhoria da eficiência da Administração Pública.

Mais, e tendo sido referido que o fomento industrial é assumido aqui com uma visão transversal aos vários sectores de actividade, as medidas apresentadas estão excessivamente dirigidas à indústria em sentido restrito, ignorando uma abordagem integrada das políticas sectoriais a desenvolver, nomeadamente esquecendo áreas importantes como a reabilitação e regeneração urbanas ou ainda a especial relevância de segmentos do sector dos serviços, que serão chave para a criação de novos empregos nos próximos anos.

A UGT expressa todavia a sua disponibilidade para uma discussão em torno destas matérias e espera não só que o Governo esteja efectivamente receptivo e aberto às propostas e preocupações dos parceiros sociais, de modo a que sejam alcançadas soluções consensuais e equilibradas, como sejam criadas as condições para que medidas de crescimento e emprego sejam rapidamente implementadas e postas no terreno.

Neste quadro, a UGT não pode deixar de registar positivamente que, em sede de CPCS, o Governo tenha reiterado o seu compromisso de implementar integralmente o CCCE, o qual contém medidas essenciais que não são retomadas.

II. MEDIDAS PRIORITÁRIAS PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO- A VISÃO DA UGT

Há muito que a UGT vem defendendo um conjunto de medidas em áreas que considera determinantes para o crescimento e emprego e que devem ser devidamente integradas em qualquer estratégia.

1. Reforçar o emprego e a capacidade técnica das empresas

A UGT não pode deixar de expressar a sua rejeição a uma estratégia que o Governo define de “crescimento, de emprego e de fomento industrial” e que é omissa em matéria de emprego.

Um dos elementos essenciais ao maior crescimento potencial do PIB e à sua sustentabilidade de médio e longo prazo reside certamente na melhoria das qualificações dos recursos humanos e na capacidade das empresas e organizações se adaptarem aos novos contextos nacionais e internacionais e melhoraram o seu posicionamento nos mercados.

A melhoria das qualificações não pode resumir-se à educação e formação de jovens, cujos resultados se farão sentir apenas a médio prazo.

A melhoria das qualificações dos activos e da capacidade técnica das empresas implica discutir, entre outros:

- Mecanismos de integração de competências nas empresas e organizações.
- Formação profissional contínua dos activos, integrando aqui nomeadamente acções de requalificação/ reconversão profissional.
- O papel dos estágios profissionais e de outras políticas activas de emprego, o que exige a rápida simplificação e harmonização das medidas.
- Incentivos à inovação – tecnológica, de processos e de organização/ gestão-

2. Apostar no desenvolvimento do mercado interno

Como já referimos, esta é uma área que esta estratégia parece ignorar totalmente.

A deterioração das expectativas em relação à procura interna continua a ser apontada pelas empresas como um dos principais factores limitativos a investimentos futuros, evidenciando a falta de esperança no futuro.

O Governo mantém uma estratégia de crescimento centrada sobretudo na melhoria das exportações, sendo quase inexistentes medidas de fundo que promovam a dinamização do mercado interno e que procurem atenuar a fortíssima quebra da procura interna, resultante da redução de salários e pensões verificada nos últimos anos. Neste quadro, importaria ter presentes matérias como a melhoria dos rendimentos, com especial enfoque no salário mínimo e nas pensões mais baixas, mas também as políticas sectoriais integradas ou ainda o papel do Estado na regulação das actividades.

Assim, devendo manter-se a aposta no reforço das exportações, há que criar condições para alavancar a economia também pelo mercado interno. A UGT considera importante discutir:

- A política de rendimentos e em especial a actualização do salário mínimo em 2013 e das pensões mais baixas. Tais actualizações seriam importantes não só para a melhoria das condições dos trabalhadores, como para estimular a actividade económica e o emprego.
- Os mecanismos de transmissão de custos no preço final em geral e, especialmente, em sectores mais estratégicos.
- Desenvolvimento de políticas sectoriais integradas, algumas das quais já previstas no CCCE, que respondam a necessidades específicas desses sectores em diversos domínios (qualificação profissional, modernização, internacionalização, marketing, comercialização, financiamento). As mesmas devem ser definidas em diálogo com todos os parceiros sectoriais.
- O papel de regulação do Estado nos vários sectores económicos e sociais, cuja reflexão deve sustentar-se não só na defesa de um ambiente mais competitivo e de concorrência leal e de monitorização da formação de preços, como também na defesa do interesse do consumidor/ utente.

3. Reforçar o Investimento Público e Privado

O Investimento é um factor decisivo e fundamental para a economia, nomeadamente para fomentar o seu crescimento potencial e para promover simultaneamente ganhos de produtividade e de competitividade.

Reconhecendo que o Investimento público tem actualmente constrangimentos impostos pela necessidade de consolidação orçamental, a UGT considera ainda assim que existirá espaço para promover não só investimento público relevante, como para apoiar o investimento privado, sendo com preocupação que continuamos a não encontrar neste documento uma visão estratégica sobre esta questão.

- O papel decisivo do QREN para o reforço dos níveis de investimento. Tal não pode passar somente pelo futuro quadro plurianual (2014-2020), mas por suprir necessidades imediatas ainda no QREN actual. Esta é uma matéria urgente, que não é compaginável com um compasso de espera até à implementação do futuro quadro financeiro.
- A criação de incentivos ao investimento privado em vários sectores intensivos em emprego e dinamizadores da economia local, De referir nomeadamente a urgência da adopção de medidas e instrumentos de política na área da reabilitação e regeneração urbanas, questão que consta do CCCE, que há muito é identificada por todos os parceiros como relevante e que continua omissa no documento;
- Assegurar uma política de investimento e desenvolvimento concertada entre os sectores público e privado;
- A política de I&D e de apoio à inovação, especialmente junto das PME, factor essencial para o reforço da competitividade
- Face às medidas fiscais apresentadas no documento, a UGT não pode deixar de reiterar a sua posição no que concerne a “ reforma do IRC”.

A UGT recusa uma descida imediata generalizada deste imposto, o que, num quadro de austeridade, poderia potenciar um novo aumento de outros impostos, agravando a injustiça e a inequidade fiscais existente no nosso sistema fiscal.

A UGT considera porém existir algum espaço para uma redução das taxas de impostos, mas somente em situações específicas, como o reinvestimento de lucros, a criação de novos postos de trabalho ou ainda a recapitalização de empresas.

4. A melhoria do funcionamento da Administração Pública

A melhoria do funcionamento da Administração Pública é uma questão essencial não só para os cidadãos, mas também para promover o crescimento económico, o investimento, a atractividade do IDE e a competitividade do País, pelo que é incompreensível que uma estratégia de crescimento e emprego seja omissa sobre esta matéria. A reforma da Administração Pública não pode reduzir-se a uma mera discussão sobre a redução de taxas ou de determinados custos de contexto, não podendo deixar de abordar áreas como a eficácia da Justiça, o combate à fraude e evasão fiscais e contributivas e à economia informal.

Recusando uma discussão sustentada apenas por imperativos orçamentais e cortes indiscriminados, a UGT tem defendido uma Reforma do Estado em que a tónica seja colocada no melhor funcionamento e gestão da Administração Pública.

A UGT não pode deixar de reafirmar a sua apreensão face às recentes propostas apresentadas pelo Governo (DEO e medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro), as quais para além de extremamente gravosas e injustas, nos parecem incompatíveis com as necessidades desta estratégia.

5. Garantir os necessários recursos para o crescimento económico.

O alargamento do prazo para a meta do défice alcançado no âmbito do Programa de Ajustamento tem necessariamente de traduzir-se pela libertação de recursos financeiros para o crescimento económico seja por via do OE, seja do QREN.

Não podemos continuar com austeridade pela austeridade. É insustentável que o Orçamento do Estado para 2013 continue a não prever verbas para medidas de investimento e crescimento económico e que, também do lado do QREN, que se constitui nesta fase uma alavanca crítica para a dinamização da actividade económica e do emprego, não pareça existir uma reprogramação clara e suficientemente dirigida a tais matérias.

A UGT tem vindo a defender a necessidade da criação de condições que assegurem um adequado financiamento bancário às empresas, especialmente às PME, o que passa nomeadamente por via de taxas de juro mais baixas e compatíveis com as suportadas pela generalidade das empresas congéneres nos outros Estados-membros.

Assim, considerando-se importantes algumas medidas ligadas ao financiamento das empresas, como o reforço de linhas de crédito, o banco de fomento ou ainda a maior responsabilização da CGD, enquanto banco público, não podemos porém deixar desde logo de expressar a nossa

preocupação quanto ao adiamento de muitas delas, sendo remetida a sua adopção para 2014 ou 2015, ou ainda quanto à verdadeira eficácia de outras. Como exemplo, podemos destacar o facto de há muito existirem linhas de crédito para as empresas, sem que contudo o financiamento chegue de facto aos seus destinatários, sobretudo as PME.

A regularização e o pagamento atempado das dívidas por parte do Estado – central, regional e local - às empresas, onde persistem graves problemas é uma temática igualmente omissa deste documento, parecendo-nos que seria importante delinear um programa que definisse prazos e condições de pagamento, gerando condições de previsibilidade e segurança entre os agentes económicos.

14-05-2013